

Artigo de Pesquisa

A DINÂMICA DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS E DE LAZER DE UMUARAMA - PR, BRASIL**The dynamics of the main public recreation spaces at Umuarama, Paraná state, Brazil****La dinámica de los principales espacios públicos y de ocio de Umuarama - PR, Brasil**Jéferson Gabriel Ferreira¹, Marcos Clair Bovo²

¹ Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, PPGSeD, Campo Mourão, Brasil. E-mail. jefersonsecesportes@umuarama.pr.gov.br

 ID: <https://orcid.org/0009-0005-7877-4238>

² Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão, PPGSeD/Geografia, Campo Mourão, Brasil. E-mail. marcos.bovo@ies.unespar.edu.br

 ID: <https://orcid.org/0000-0003-3582-6702>

Recebido em 08/02/2024 e aceito em 28/02/2025.

RESUMO: Os espaços públicos nas cidades são essenciais para promover o lazer de modo que se tornam importantes atributos para a melhoria da promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas, para o meio ambiente e para uma economia sustentável. Assim, as pesquisas referentes aos espaços públicos devem levar em consideração o espaço como um todo, não apenas a parte física ou concreta, mas também as práticas e as dinâmicas sociais ali presentes. Sendo assim, objetiva-se analisar a dinâmica dos principais espaços públicos da cidade de Umuarama-PR, evidenciando o uso, a funcionalidade, a acessibilidade e a sociabilidade dos mesmos pelos munícipes. O aporte metodológico foi constituído de pesquisa qualitativa e exploratória por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa *in loco* e também de levantamento de documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Umuarama referente aos espaços públicos pesquisados. Os espaços públicos selecionados foram o Lago Aratimbó, o Bosque Uirapuru, o Bosque do Índio e a Praça Miguel Rossafa, para tanto tivemos como critérios de seleção o uso por parte da população, a acessibilidade, as infraestruturas existentes e a atuação do poder público no que tange aos aspectos voltados à socialização dos munícipes. Os resultados da pesquisa indicam as potencialidades e estratégias adotadas pelo município enquanto espaço público voltado ao lazer e atividades físicas, permitindo maior usabilidade, convivência, formação identitária e qualidade de vida.

Palavras-chave: Espaço Público; Sociabilidade; Parque; Praça.

ABSTRACT: Public spaces are essential for cities due to their leisure promotion, which improves people's health and quality of life, as well as it contributes to the environment and to a sustainable economy. That said, in order to develop research on public spaces, it is important to consider the area as a whole, not just the physical architecture, but also the practices and the social dynamics that it offers. It aims to analyze the interactions that happen in the main public recreation spaces at Umuarama,

Paraná state, highlighting the usage, functionality, accessibility and sociability concerning the citizens. The theoretical approach consists on a qualitative and exploratory research, based on literature review, *in loco* research, as well as an analysis on official documents provided by Umuarama City Hall regarding the said places. The selected spaces were Aratimbó Lake, Uirapuru Grove, Indian Grove, and Miguel Rossafa Square. It was considered how people use these spaces, the accessibility and the existing infrastructure, and the role of public authorities when it comes to the social engagement among citizens. The results suggest the potentialities and strategies adopted by the city to make those spaces available for recreational purposes and physical activities, allowing them to be part of people's coexistence, identity formation and quality of life.

Keywords: Public Spaces; Sociality; Parks; Squares.

RESUMEN: Los espacios públicos en las ciudades son esenciales para promover el ocio, por lo que se convierten en atributos importantes para mejorar la salud y la calidad de vida de las personas, para el medio ambiente y para una economía sostenible. Por tanto, la investigación relativa a los espacios públicos debe tener en cuenta el espacio en su conjunto, no sólo la parte física o concreta, sino también las prácticas y dinámicas sociales allí presentes. Por tanto, el objetivo es analizar la dinámica de los principales espacios públicos de la ciudad de Umuarama-PR, destacando su uso, funcionalidad, accesibilidad y sociabilidad por parte de los residentes. La contribución metodológica consistió en una investigación cualitativa y exploratoria a través de investigación bibliográfica, investigación de sitio y también un levantamiento de documentos oficiales de la Municipalidad de Umuarama respecto a los espacios públicos investigados. Los espacios públicos seleccionados fueron el Lago Aratimbó, el Bosque Uirapuru, el Bosque do Índio y la Plaza Miguel Rossafa. Para ello, los criterios de selección fueron la utilización por parte de la población, la accesibilidad, la infraestructura existente y la actuación de los poderes públicos en lo que respecta a los aspectos dirigidos a la socialización de los ciudadanos. Los resultados de la investigación indican el potencial y las estrategias adoptadas por el municipio como espacio público dedicado al ocio y a la actividad física, permitiendo una mayor usabilidad, convivencia, formación de identidad y calidad de vida.

Palabras clave: Espacio público; Sociabilidad; Parque; Plaza.

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são importantes lugares de encontro e interação social na cidade, portanto, são lugares da troca, do diálogo, da vivência e da convivência, além de serem lugares da reflexão e visibilidade para todos aqueles que os frequentam (LUZ; CUTRIM; LUZ, 2022). Assim sendo, o município de Umuarama apresenta em todo seu território várias praças, bosques, jardins, lagos, caminhos e calçadas, que são frequentados diariamente pelos munícipes para a prática do lazer, esporte, caminhadas, entre outras atividades.

Diante disso, o artigo objetiva-se analisar a dinâmica dos principais espaços públicos da cidade de Umuarama-PR, evidenciando o uso, a funcionalidade, a acessibilidade e a sociabilidade dos mesmos pelos munícipes. Além disso, apresentamos as principais atividades e eventos festivos que acontecem no decorrer do ano dentro desses espaços, sendo que essas ações influenciam diretamente na dinâmica e usabilidade dos mesmos.

Para discorrermos sobre os espaços públicos de Umuarama, selecionamos quatro espaços, dentre as inúmeras áreas existentes no município, que são as seguintes: Lago Aratimbó, Bosque Uirapuru, Parque Municipal dos Xetá e Praça Miguel Rossafa.

Tais espaços são fundamentais para a população no que tange aos aspectos ambientais, sociais e estéticos.

O Parque Municipal dos Xetá, também conhecido como Bosque do Índio, foi criado pelo decreto municipal 073/1973, com 19,98 hectares de extensão e o Parque São Francisco de Assis, conhecido como Tucuruvi, criado pela Lei Municipal 2.321/2000, com 28,66 hectares de extensão e o Bosque Uirapuru com extensão de 58.124,7m², criado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colonizadora dessa cidade, em 11 de outubro de 1963 e doado à Prefeitura Municipal de Umuarama em 2010.

A cidade também conta com inúmeras praças distribuídas pela malha urbana que estão presentes tanto nas áreas centrais como nas áreas periféricas da cidade. Assim sendo, esses espaços, apesar de serem pequenas áreas, são considerados promotores de qualidade de vida, pois incentivam a prática de atividades saudáveis ao ar livre e servem como laboratórios vivos, com a presença de vida silvestre (PASQUAL; FACHINI, 2008).

Para tanto, elencamos a seguinte problemática: A gestão e o planejamento por parte do poder público municipal de Umuarama contribuem para as funções ecológicas/ambientais e sociais dos principais espaços públicos em estudo?

MATERIAIS E MÉTODOS

O recorte espacial da pesquisa compreende o município de Umuarama que foi colonizado pela CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sendo que a sua fundação ocorreu no dia 26 de junho de 1955. De acordo com o IBGE (2022), a população estimada para o município é de 111.557 habitantes, possui uma área de 1234,537km², localiza-se a 571 km de Curitiba, capital do estado e, em 2019, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761, acima do índice do estado de 0,749.

Para tanto, foram selecionados quatro espaços públicos, sendo: o Lago Aratimbó, o Bosque Uirapuru, o Parque Municipal dos Xetá e a Praça Miguel Rossafa (Figura 1). Os critérios adotados para seleção desses espaços foram: o uso por parte da população, a acessibilidade, infraestruturas existentes e a atuação do poder público no que tange aos aspectos voltados à socialização dos munícipes.

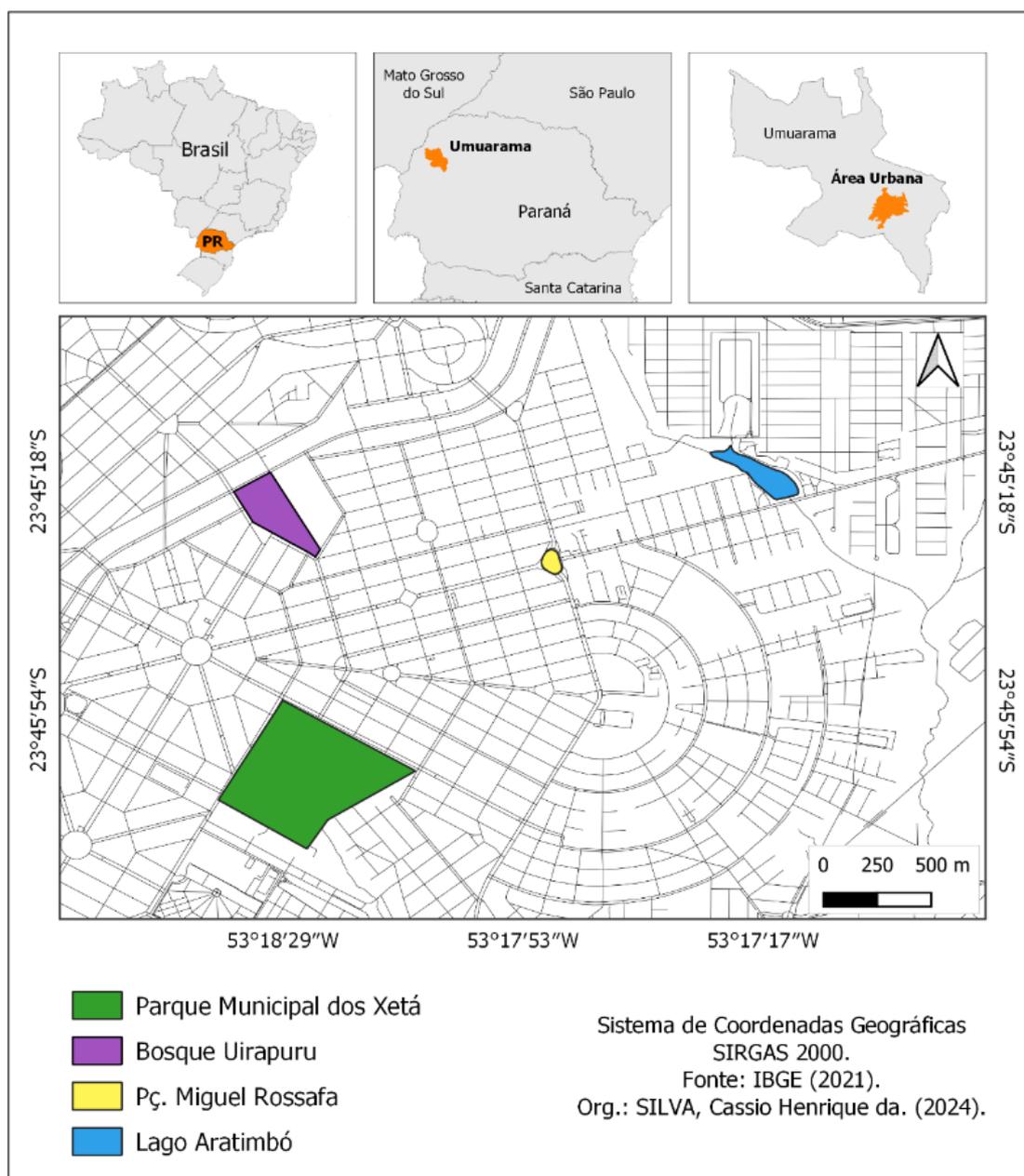


Figura 1. Principais espaços públicos de Umuarama. **Fonte:** IBGE (2021). **Org.** SILVA, C. H. (2022)

A pesquisa apresenta-se como qualitativa e exploratória realizada por meio de levantamento bibliográfico em teses, dissertações, livros e artigos que abordam a temática. Para tanto, foi utilizado banco de teses da Capes por meio das seguintes palavras-chave: “praça e espaço público”; “parque e espaço público; espaço público e sociabilidade”; (<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>), no Portal Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e de Dissertações – BDTD

(<https://bdtd.ibict.br/vufind/>) contribuindo, assim, para a base teórica referente ao espaço público.

Outra etapa da pesquisa foi constituída pelo estudo *in loco* o Lago Aratimbó, o Bosque Uirapuru, o Parque Municipal dos Xetá e a Praça Miguel Rossafa com o intuito de averiguar as infraestruturas existentes, as principais atividades realizadas voltadas à socialização dos munícipes nesses espaços públicos e a funcionalidade dos mesmos. Cabe destacarmos ainda que em todas as áreas pesquisadas foram feitos registros fotográficos visando identificar os diferentes usos e funções.

Por fim, foi realizado um levantamento de decretos e leis municipais de Umuarama no que concerne aos aspectos voltados à criação desses espaços públicos e; também um levantamento das diretrizes de uso dos mesmos.

O ESPAÇO PÚBLICO: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

Iniciamos este tópico com os seguintes questionamentos: Mas afinal, o que é espaço público? E qual a sua importância para as cidades contemporâneas? Ao longo dos tempos, o conceito de espaço público tem sido estudado por vários autores, como Paulo Cesar da Costa Gomes, Milton Santos, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Henri Lefebvre entre outros, que consolidaram definições que foram diferenciando entre si.

Desde sua concepção e primeiros estudos, os espaços públicos estão intimamente conectados à ideia de sociabilidade e política e, por isso, sua compreensão é extremamente complexa, sendo impossível encontrar ao termo uma só definição específica. Na Grécia Antiga, a Ágora, elemento de espaço público, servia de local para as pessoas se comunicarem e se relacionarem; nesse espaço ocorria reuniões onde os gregos, principalmente os atenienses, discutiam assuntos ligados à vida da cidade, nesse espaço tinha também caráter político, na medida em que nele eram debatidos os principais temas da sociedade. Assim, o espaço público era o lugar onde se podia exercer a cidadania (ROBBA; MACEDO, 2002).

O espaço público é um elemento inseparável do espaço urbano, simplificando o conceito, podemos dizer que ele é o espaço físico que pode ser usufruído e de livre acesso por parte do cidadão comum. É o local do diálogo, do encontro, da prática e da atividade física. Os espaços públicos consistem em “ambientes abertos, como ruas, calçadas, praças, jardins ou parques e ambientes fechados”, como bibliotecas públicas e museus públicos, sendo o ambiente representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; é parte da identidade e da imagem urbana (DARODA, 2012, p. 17).

Segundo Gomes (2012, p. 162), “[...] fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua [...], praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. O autor destaca que mesmo com as indiferenças pelo fato desses ambientes serem frequentados por pessoas, apesar das divergências dos grupos sociais, é o lugar onde a vida em sociedade acontece. Assim sendo, “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou

seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2012, p. 162). Diante disso, o espaço público pode ser observado como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais.

É nesse sentido que Gomes (2012, p. 162) pontua que há algumas incompreensões em relação à temática “espaço público”. Em primeiro lugar, a afirmativa de que “é público aquilo que não é privado”. Para o autor, essa ideia não sustenta a definição do conceito, além de limitar a outros espaços possíveis de uso comum ou coletivo. Em segundo lugar, “tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada”, como se para a criação de um espaço público fosse preciso, primeiramente, a criação de uma lei, invertendo o procedimento, que muitas vezes a sua existência antecede a legislação. Por fim, dizer que o espaço público “é simplesmente definido pela qualidade de livre acesso”, haja vista que nem todos os espaços públicos são tidos de livre acesso, como os hospitais, escolas, fóruns, repartições governamentais e, mesmo assim, não perdem o seu caráter de público (GOMES, 2012, p. 159).

A centralidade de uma cidade está na referência a seus espaços públicos. Para Indovina (2002), o espaço público deve ser considerado como a própria cidade. O autor assume essa posição, pois se trata de uma condição geral para a vida em sociedade acontecer, uma cidade só terá vida se a mesma for munida de infraestruturas de mobilidade, como ruas, estradas, passeios, pórticos e largos, sem falar das praças, jardins, campos de futebol que são indispensáveis para a vida urbana, “além de que constituem um fator importante de identificação que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos”, exemplos: as praças de muitas cidades ainda se referem o espaço público como o lugar da palavra, como “lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime” (INDOVINA, 2002, p. 119).

Por ser o espaço onde os homens estão inseridos e se constitui a sociedade na qual todos podem aparecer e dialogar, Arendt (2014) estabelece que a comunicação é o ponto chave dentro do espaço público, é a forma de conseguir a liberdade e agir em conjunto a fim de alcançar o poder. Pois nesta concepção:

“É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam. [...] O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (ARENDRT, 2014, p. 212).

Assim, esse é o lugar da ação política que, segundo Arendt (2014), se refere ao espaço da aparência e da comunicação com o outro, no qual os cidadãos se expressam e tomam decisões coletivas, sendo uma comunicação intersubjetiva plural, democrática e isonômica entre todos os lugares onde se debate somente assuntos políticos. Contribuindo com Arendt (2014), Serpa (2007) compreende o espaço público como o espaço da ação política, ou até mesmo da possibilidade da ação política na

contemporaneidade, considerando ainda como espaço simbólico para a manifestação de diferentes ideias de cultura e de sujeitos.

Já Castro (2002) refere-se ao conceito como uma determinação político-jurídica, mas também como um produto social. Para a autora, “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso”. Assim sendo, temos a acessibilidade para todos, e o espaço público é o lugar onde as pessoas podem circular livremente, ao oposto do que é o espaço privado, no qual tudo é controlado e reservado para um determinado público (CASTRO, 2002, p. 54).

Assim sendo, corroborando com os autores citados anteriormente, Santos (2008, p. 1) evidencia que “o espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana é onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do cotidiano da cidade”. Dessa forma, o autor deixa claro a ideia da importância da socialização urbana para o desenvolvimento de uma cidade.

Diante disso, encontramos espaços públicos e privados em todas as cidades cujas funções e características são diferentes. Nos espaços privados, os mesmos são regidos por regulamentos estabelecidos (SCHLEE *et al.*, 2009), sendo o acesso limitado e restrito a poucos indivíduos. Já o termo espaço público, no plural, simboliza os espaços urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos de uso coletivo, dão suporte à vida em comum: “ruas, avenidas, praças, parques” (SASSEN; CASTRO; SANTORO, 2013). Sendo assim, “espaços públicos” devem ser “abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas” (ALEX, 2008, p. 19), indicando, assim, que esse é o lugar ideal em que todos os cidadãos que vivem separadamente em seus espaços privados vão se encontrar uns com os outros.

É nessa direção que Sassen; Castro e Santoro (2013) destacam que o espaço público está ligado diretamente à palavra encontro; é o lugar de manifestação da cidadania onde o exercício da *pólis* pode acontecer. Os autores enfatizam que é preciso criar espaços públicos não somente pensando em acessibilidade física, mas em lugares que promovam o diálogo, as misturas de raças, credos, rendas, de modo que sejam agradáveis, seguros, sobretudo que neles possam haver efetivamente o público, sendo isso que faz a cidade ser cidade. Corroborando com as ideias dos autores, Alex (2008) destaca que a acessibilidade é a condição primordial para a usabilidade e apropriação de um espaço público porque para utilizá-lo, primeiramente, é preciso adentrar a ele.

Destarte, Denardin e Silva (2011) também contribuem com a ideia de espaço público como o local de livre acessibilidade para todos os cidadãos, para os autores o espaço público deve ser o lugar de livre acessibilidade, munido de marcas e de signos, de modo que possa ser utilizado por todo e qualquer cidadão, portanto é o espaço que constitui a cidade na sua dimensão físico-espacial e sociocultural, além disso deve permitir a qualquer pessoa o direito de nele entrar, permanecer e sair quando bem entender, ou seja, de livre circulação, para o lazer, recreação, contemplação, dentre outras práticas. Dessa forma, é evidente que os espaços públicos são locais que permitem o acesso de todo e qualquer cidadão para fazer o seu uso, seja para atividades de lazer, recreação ou para ocupar o tempo livre com uma prática saudável.

Já para Carr *et.al.* (1992), o pré-requisito fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos é a existência de alguma forma de vida pública, o autor descreve que o espaço público é o solo comunitário no qual as pessoas podem realizar suas atividades rituais e funcionais que unem a comunidade. Dentre esses espaços, aparecem “as praças, parques e *playgrounds* como equipamentos específicos que são projetados para acolher a vida em comunidade”, além de outros espaços apropriados para esse fim, como as esquinas ou os degraus de edifícios públicos (CARR *et al.*, 1992, p. 22).

Assim sendo, Alex (2008) dispõe da classificação de Carr (1992), quanto aos três tipos de acesso ao espaço público como físico, visual e simbólico ou social. Referindo-se ao “acesso físico”: inexistência de obstáculos ou barreiras para adentrar ou sair do lugar (construções, plantas, água, etc.), no caso do espaço público, devendo considerar suas condições de acessibilidade do entorno. Já o “acesso visual”, seria a visibilidade o primeiro contato mesmo que distante ou por fotos, sendo perceptível identificar ameaças potenciais antes mesmo de chegar ao espaço. E, por fim, “o espaço simbólico ou social”, que se refere a identificar que tal espaço é de livre acesso a todos ou somente beneficia apenas algumas classes sociais (ALEX, 2008, p. 25).

A combinação desses três tipos de acesso pode tornar o espaço muito mais atrativo para o uso da população. Porém, Albernaz (2007) pontua que nas últimas décadas, o espaço público vem sendo considerado como um lugar a ser evitado para o convívio social por conta da insegurança e violência. É nessa direção que Santos (1987) e Portuguez (2001) pontuam que as inseguranças das pessoas estariam vivendo um processo de inversão de valores predominantes na cidade e na realidade urbana, e os espaços que antes tinham seu valor medido pelo uso, hoje estariam sendo planejados e estimados pelo seu valor de troca ou de consumo, havendo uma valorização dos espaços como mercadoria.

É nessa direção que Ribeiro (2002, p. 2) indica que o esvaziamento do espaço público está associado à difusão de uma sensação de insegurança perante espaços amplamente abertos e pouco monitorados que revelam certa agorafobia urbana, a concentração da população em áreas suburbanas distantes das zonas centrais e a criação de infraestruturas de circulação intraurbanas. Assim sendo, Ribeiro (2002) corrobora com Silva (2009), quando explica que a significação negativa denominada agorafobia dentro do espaço público é uma “espécie de síndrome do indivíduo urbano contemporâneo cujos sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados”, nos quais o indivíduo está protegido das ameaças externas (SILVA, 2009, p. 17).

Diante disso, esse indivíduo que dispõe de condições socioeconômicas acessíveis procura por espaços tidos como públicos, tais como os *shoppings centers*, vendidos como espaços seguros e confortáveis por terem amplo horário de funcionamento que permite o uso em qualquer período do ano, possibilitando ainda, um passeio seguro e tranquilo, sem incômodos com pedestres em situação de rua (BRENOL, 1997). Apesar de que para muitas pessoas, os *shoppings centers* são tidos como espaços públicos, porém não os são em virtude de que para adentrá-los há o controle de acesso e permanência, e nem todas as pessoas da sociedade dispõem de acesso livre para

frequentá-los.

Segundo Silva (2009), a decadência do espaço público é decorrente da “dupla ausência que neles se manifesta: uma ausência de ocupação material/funcional e uma ausência de interesses/significados sociais”. É preciso entender não somente as causas dessas ausências, mas visualizar os espaços públicos como “ricos potenciais para o fazer arquitetônico, para a valorização urbanística e para a própria cidadania”, investigando formas experimentais de requalificar a cidade a partir dos seus próprios vazios (SILVA, 2009, p. 62).

Destarte, Ribeiro (2002) enfatiza que esse esvaziamento do espaço público está igualmente atrelado aos avanços tecnológicos no âmbito das telecomunicações que representam processos de mudanças que podem refletir-se num encolhimento do espaço público, principalmente no que diz respeito à sua estrutura, conseqüentemente à sua forma.

Dessa maneira, Narciso (2009) revela a importância de entender como a forma influencia na apropriação dos espaços para poder debater a relevância do urbanismo e dos projetos de intervenção do espaço público. No entanto, há de se considerar que muitas vezes os interesses da população não estão associados aos interesses das instituições que ditam as regras das cidades, pois são projetadas estratégias de revitalização urbana, recriadas à margem das características já existentes, fazendo, muitas vezes, com que as pessoas não se identifiquem com o novo e com o tempo se afastam desses lugares.

Diante disso, essa ideia negativa de esvaziamento dos espaços públicos estaria atrelada à globalização, permitindo a facilidade na troca de informações e a possibilidade de se navegar pela internet para todas as pessoas sem sair de casa, criando, desse modo, a noção de espaço virtual (RIBEIRO, 2002). Porém é relevante salientarmos que não são todas as pessoas que têm essa possibilidade de navegação pela internet, pois ainda a exclusão digital é uma realidade a ser superada.

De acordo com Piccini (2003) e Moesch (2007), muitas pessoas têm por preferência ficar em casa, seguras e rodeadas de tecnologia a sair às ruas e encontrar pessoas que nem sempre compartilham de seus interesses. E isso ficou evidente ainda mais a partir de 2019 com o surgimento do novo coronavírus, que por medidas de isolamento social para conter os avanços da doença, a população mundial foi obrigada a ficar em casa.

Destarte, o diálogo e a circulação de ideias são funções que antes eram praticadas nos espaços públicos e corroboravam para a formação da opinião pública, porém com a expansão das mídias eletrônicas, essas funções migraram para o âmbito da vida privada via internet, redes sociais, televisão e não mais nas trocas pessoais com amigos, colegas, vizinhos (MOESCH, 2007; PICCINI, 2003). Mesmo que alguns autores apontam para o fim do espaço público, como se este tivesse perdido suas características para a interação social, há também autores que não acreditam na teoria do seu esvaziamento. Novas pesquisas apontam para o sentido democrático dos espaços públicos, evidenciando que não se pode decretar o seu desaparecimento ou diminuição da convivência neles e, sim, que a vida pública está em constante

transformação, principalmente no que diz respeito às formas de uso (CARR *et al.*, 1992).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Parque Municipal dos Xetá

Começamos a análise dos resultados pelo Parque Municipal dos Xetá, para tanto faz-se necessário apresentar a definição de parque urbano, que para Macedo e Sakata (2003) é entendido como:

“espaço de uso público destinado à recreação de massa [...] capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno”. (MACEDO; SAKATA, 2003, p.14)

Assim sendo, Ayres; Bovo (2018, p. 03) corroboram com Macedo e Sakata (2003) ao afirmarem que muitos pesquisadores e também uma parcela significativa da população veem o parque “como um lugar de recreação, de descanso, de lazer, contemplação e de contato com a natureza”.

Dessa forma, fica evidente a interação entre o homem e a natureza, além do papel desempenhado pela vegetação em ambientes urbanos por contribuir com a estabilização climática, pois absorve parte da irradiação do sol, amenizando a temperatura e evitando a formação de ilhas de calor, além disso proporciona aos frequentadores a função recreativa, pois as pessoas procuram lugares frescos em dias de calor, e a vegetação existente em parques proporciona um local agradável.

Dada a relevância dos parques urbanos para as cidades, podemos destacar o Parque Municipal dos Xetá, conhecido como Bosque do Índio que é uma unidade de conservação de proteção integral localizado no município de Umuarama que se encontra na esquina, entre a Av. Presidente Castelo Branco e a Av. Gov. Parigot de Souza, cercado de área urbana por todo seu perímetro.

O Parque Municipal dos Xetá (Figura 2) foi criado a partir da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que ordena a preservação ambiental no país, estabelecendo formas de criação, implantação e gestão de unidades de conservação em todo território nacional. O espaço foi estabelecido como unidade de conservação ambiental na data de 10 de maio de 1993 através do Decreto Municipal 073/1973, tendo sua maior finalidade a proteção das nascentes do Córrego Mimoso, o qual abriga o escoamento de diversas redes de canalização de águas pluviais da cidade, sua extensão é de 19.98 hectares.



Figura 2. Localização do Parque Municipal dos Xetá no município de Umuarama (Google Satélite). **Fonte:** Adaptado de GOOGLE EARTH (2024).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Municipal dos Xetá (2016, p. 121), este objetiva: “conciliar a proteção da flora, da fauna e dos demais recursos naturais, de forma a proporcionar aos habitantes do município lazer, descanso e condições para uma sadia qualidade de vida”. Assim sendo, para atingir o objetivo proposto, é “essencial a conservação das comunidades vegetais, a recuperação ambiental de áreas perturbadas e o manejo conservacionista dos recursos naturais do parque”. A figura 3 representa a vista panorâmica do Parque Municipal dos Xetá, localizado na área central da cidade de Umuarama, sendo uma importante área verde para o município.

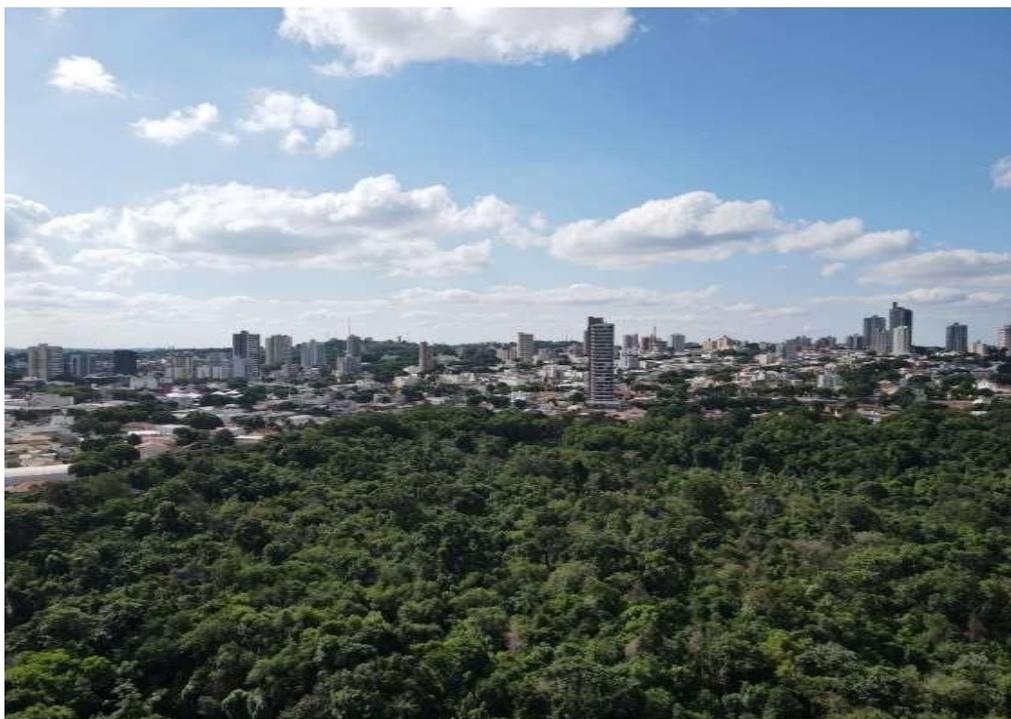


Figura 3. Vista aérea do Parque Municipal dos Xetá. **Fonte:** Acervo OLIVEIRA, J.V. P.(2022)

Segundo Bovo e Ayres (2018, p. 03), quando os parques são providos de: “infraestruturas e equipamentos, tais como: pista de caminhada, parquinho para as crianças, academia de Terceira Idade, quadras poliesportivas, contribui para atividades físicas, lazer etc.”.

Diante disso, o Parque Municipal dos Xetá apresenta aspectos relacionados à socialização dos seus frequentadores por meio das atividades ali realizadas, influenciando na melhoria das relações sociais, ou seja, na convivência entre as pessoas, além de produzir um efeito psicológico positivo, contribuindo para uma sensação de bem-estar devido ao contato com a natureza. É relente destacarmos que a infraestrutura existe no parque é adequada a população citadina que ali frequenta, por exemplo – a pista de caminhada – (Figura 4 A), sendo pavimentada e com aproximadamente 2. 150 metros, a qual faz o contorno em setor externo do parque. Também existem áreas de convivências com bancos de concreto, uma Academia da Terceira Idade (ATI), uma ciclovia, dois banheiros para uso público, uma escultura em homenagem aos povos Xetá e, também, uma sala, “sala Aré”, destinada a atividades de educação ecológica. Tais elementos vêm de encontro com as reflexões Denardin e Silva (2011) sobre a ideia de espaço público.

É relevante destacarmos a escultura do nativo Xetá, localizada na entrada do parque, é uma obra de arte que homenageia a tribo de nativos xetá, que no século passado habitou todo o território Noroeste Paranaense, principalmente na região de Serra dos Dourados. Esse monumento foi idealizado pelo artista plástico e escultor Rubens Utrabo no ano de 1990, assim todas as pessoas que passam pelo parque não deixam de tirar uma foto de recordação (Figura 4B).

Outro elemento é a Sala Aré, é um espaço que foi idealizado para ser um ambiente destinado à educação ambiental, porém na atualidade, o espaço é subutilizado, além de perder a sua caracterização original (Figura 4C).

Na data de 22 de março de 2007, no ato de lançamento do projeto (Dia Mundial da Água), na sede da ADEMA, que era dentro da Sala Aré, foi revelada a maior intenção do mesmo, de manter tal espaço como área destinada a visitas orientadas, despertando as conscientizações ambientais para crianças, jovens e adultos.

A engenheira civil, Maria Felomena Alves de Oliveira Sandri (2022), revelou-nos que a ADEMA realizou algumas visitas orientadas com as escolas municipais que chegaram por várias vezes a levar crianças para visitação do espaço. Citou que “com o passar do tempo, uma forte chuva alagou a Sala Aré e foram retirados todos os objetos da etnia Xetá que se encontravam lá, devido a uma forte enxurrada que abriu uma enorme cratera no interior do parque e, assim, a Sala ficou desativada por muito tempo”.

De acordo com Sandri (2002), esse espaço foi restaurado por parte do poder público, inclusive a cobertura da sala Aré (Figura 4D), mas que já não conseguiram aprovar junto ao Município para dar continuidade às ações de Educação Ambiental. É relevante destacar que a atual reforma descaracterizou totalmente a configuração do espaço físico, perdendo a memória do equipamento que representava os aspectos do formato das edificações povos xetá.



Figura 04. Vista parcial do Parque Municipal dos Xetá. **4A:** Vista parcial da pista de caminhada do Bosque Xetá. **Fonte:** FERREIRA, J. G. A, (2023). **4B:** Vista parcial da estátua do Índio Xetá. **Fonte:** FERREIRA, J. G. A, (2023). **4C:** Vista parcial da Sala Aré. **Fonte:** Acervo ADEMA, 2022. **4D:** Vista parcial da Sala Aré em 2023. **Fonte:** FERREIRA, J. G. A, (2023).

Diante disso, por meio de informações obtidas junto ao Senhor Luiz Antoniassi (2022), Coordenador da Pastoral da Ecologia Integral vinculada a Igreja Católica da Diocese de Umuarama, o mesmo revelou-nos que já se encontra em andamento um novo projeto a ser apresentado ao poder público a fim de dar usabilidade à Sala Aré, visando a implementação de um novo projeto de educação ambiental além do fomento do turismo ecológico dentro de todo o território do parque.

Para que isso aconteça e que essa ideia seja exequível, será preciso engajamento por parte do poder público e também de entidades da iniciativa privada, universidades e órgãos de defesa ao meio ambiente.

Para Sandri (2022) o Projeto Olho d'água, desenvolvido em parceria entre a ADEMA, CREA e Prefeitura de Umuarama, teve como objetivo despertar e sensibilizar a população em geral para o conhecimento da quantidade de nascentes existentes em Umuarama, sendo que no interior do Parque Municipal dos Xetá temos a nascente do Córrego Mimoso.

Como mencionado anteriormente, hoje o espaço de área interna do parque encontra-se isolado, sem o acesso da população e para que o mesmo possa novamente ser aberto, será preciso a construção de obras estruturais para conter a erosão, hoje visível em seu interior, a canalização de galerias, cujos esgotos desembocam no interior do parque, provocando mal cheiro, além da revitalização de trilhas existentes.

Assim sendo, a partir das ideias de acessibilidade e das diferentes funcionalidades do Parque Municipal dos Xetá, é possível compreendermos as diferentes dinâmicas sociais ali presentes na parte externa, bem como a suas diversidades de formas, conteúdo e apropriação do mesmo. Tais dinâmicas estão relacionadas às atividades de lazer e a prática de atividades físicas.

O Lago Aratimbó

O Lago Aratimbó (Figura 5), considerado o principal cartão postal da cidade, foi criado através do Decreto Municipal nº 080/1999, com o objetivo de recuperar as áreas degradadas pelo processo erosivo adiantado do Córrego Figueira, tornando-se espaço de lazer para a população. O mesmo foi inaugurado na data de 31 de dezembro de 2004 pelo Prefeito Antônio Fernando Scanavaca.



Figura 5. Vista aérea do Lago Aratimbó em Umuarama ano 2022. **Fonte:** <<https://dynamic-media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-o/11/3a/a8/9e/lago-aratimbo.jpg?w=1200&h=-1&s=1>>. Acesso em: 20 set. 2023.

O Lago Aratimbó está situado no final da extensão da principal avenida da cidade, a Avenida Paraná, lugar de muito movimento por conta das grandes construções dos últimos anos no município (Rodoviária, *Shopping*, Hospital Uopecan). Possui um lago de porte médio e ampla área gramada que circunda o mesmo. Esse lago é artificial e foi construído durante a expansão habitacional entre o Jardim Aratimbó e Jardim Cruzeiro, que permitiu a implantação de vários bairros novos (UMUARAMA, 2022).

Quanto à infraestrutura, podemos destacar a pista Lago Aratimbó que possui uma pista de caminhada com aproximadamente 1000 metros de extensão por 1,40 metros de largura (Figura 6A). Em uma das extremidades do ambiente existe uma mata ciliar, com área para churrasqueiras e quiosques. Quanto à segurança do local, é perceptivo aos finais de semana encontrar viaturas da Guarda Municipal e Polícia Militar da cidade realizando rondas por todo o espaço, porém a presença de usuários de drogas, principalmente nas proximidades da mata ciliar, aos fundos do lago é constante (UMUARAMA, 2022).

É relevante evidenciar que no entorno do Lago Aratimbó existe um *playground* com oito tipos de brinquedos, guarita, três banheiros públicos, sendo um em cada extremidade do local, um espaço asfaltado contendo pontos de água e energia onde às terças-feiras é realizada a feira do produtor, uma plataforma com vistas para todo o lago que é utilizada pelos visitantes, a fim de ter uma visão ampla de todo o espaço para tirar fotos. Tais equipamentos contribuem para o uso desse espaço público, sendo este o local no qual desencadeia o encontro de pessoas por meio da socialização das diferentes formas de uso, conforme pontua Santos (2008).

Porém, existe uma área coberta que já foi utilizada como lanchonete por meio de concessão autorizada pela Lei Municipal 2377/2001. De acordo com a Lei Municipal Art. 01 "Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, permissão para a exploração de uma lanchonete no Lago Municipal implantado nos fundos do

Jardim Aratimbó, na cidade de Umuarama, dando-se à mesma ampla divulgação” Atualmente, a lanchonete foi desativada servindo como um quiosque com bancos. O espaço ainda conta com seis pequenas salas que são utilizadas pela Associação de Artesões de Umuarama para a comercialização de produtos locais.

Quanto aos aspectos ambientais, um problema enfrentado pela gestão municipal refere-se ao assoreamento do leito do lago que é caracterizado por uma acumulação gradual de sedimentos, podendo causar diversos danos ambientais e resultar na diminuição da vida útil do reservatório. De acordo Carvalho (2000), existem vários fatores que contribuem para o transporte dos sedimentos, dentre eles, podemos destacar: quantidade e intensidade das chuvas; tipo de solo e formação geológica; cobertura e uso do solo; topografia; erosão das terras; escoamento superficial; característica dos sedimentos; e as condições morfológicas do canal.

Assim sendo, desde a sua criação pela Prefeitura, o Lago Aratimbó vem sofrido vários impactos ambientais, dentre eles destacamos o assoreamento do seu leito por meio da deposição de sedimentos, lixos e outros materiais levados até o mesmo por meio do curso d'água pela ação da chuva, do vento ou do ser humano, conforme afirma Takeda (2011). Diante disso, fez-se necessário o processo de revitalização do mesmo visando a redução do assoreamento e a retirada dos materiais ali depositados (Figura 6B).



Figura 6: Vista parcial do Lago Aratimbó. **6A:** Vista parcial da pista de caminhada do Lago Aratimbó. **Fonte:** Tripadvisor (2017). **6B:** Assoreamento do Lago Aratimbó em Umuarama. **Fonte:** Acervo Jornal Umuarama Ilustrado (2017)

Para Takeda (2011), o problema de assoreamento no espaço ocorre porque antes da criação do lago, a área apresentava-se degradada e, em partes, sem a proteção de mata ciliar, e a única vegetação existente nos pontos mais críticos do espaço era da grama denominada como mato grosso, com árvores exóticas localizadas umas distantes das outras. Diante disso, a área passou por um processo de revitalização por meio da implantação do projeto de urbanização e paisagismo desse fundo de vale, visando conter o processo erosivo.

Assim sendo, o lago Aratimbó consolidou-se em uma importante área de lazer para a população, valorizando os loteamentos existentes ao entorno e com a construção de vários bairros, as galerias pluviais desembocam no total de cinco, todas no lago, trazendo resíduos para seu leito, além de revolvimento de terra e materiais que alteram a qualidade da água do lago. No ano de 2021, mais uma vez, o espaço passou pelo processo de desassoreamento e foi entregue à revitalização para a comunidade, na data de 26 de junho de 2022.

Já em 03 de junho de 2022, o poder executivo sancionou a Lei nº 4.530/2022 que autoriza a concessão onerosa de uso, para fins de exploração comercial de atividades de lazer no Lago Aratimbó, para atuação de serviço de "pedalinho aquático" e "caiaque". Segundo o inciso 1º do artigo 4º da presente lei, que diz:

"1 - a concessão de que trata a presente Lei será outorgada pelo Município de Umuarama-PR, a título oneroso, mediante contrato de concessão, com prazo de vigência 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por igual período, logrando êxito a empresa que oferecer a maior oferta mensal, tendo como valor mínimo de partida o estipulado no competente edital" (LEI nº 4.530/2022).

No entanto, em busca de informação *in loco* na Secretaria Municipal de Administração, até o presente momento, nenhum processo licitatório foi realizado a fim de conceder tal exploração.

A pesca também é autorizada no local, pela Lei municipal nº 2.666, de 09 de dezembro de 2004. Segundo o artigo 1º da presente lei, os munícipes podem realizar a pesca (Figura 7A) na frequência de uma vez por semana no local (UMUARAMA, 2022). Por conta da falta de fiscalização por parte da Prefeitura municipal, diariamente é comum encontrar munícipes pescando livremente no local.

O Lago Aratimbó, além de ser o cartão postal da cidade, após a revitalização se tornou um ponto de encontro dos moradores nos fins de tarde e, principalmente, nos finais de semana e feriados, os munícipes utilizam o espaço para a prática de alongamento, caminhada, corrida, piquenique em família e pesca, sendo ainda o espaço palco dos principais eventos festivos do município, como festa das nações (Figura 7B) em comemoração ao aniversário da cidade, torneio de pesca, abraço ambiental, apresentações artísticas e culturais. No ano de 2022, foi realizada pela Prefeitura e

Associação Comercial do município, a chegada do Papai Noel com as festividades natalinas sendo que está atividade atraiu vários munícipes conforme (Figura 7C).

É relevante destacar que em agosto de 2022 ocorreu em Umuarama a realização do Rally dos Sertões com apresentação do *Body Fly Radical* nas margens Lago Aratimbó. Esse evento foi um atrativo Lago Aratimbó que atraiu centenas de pessoas. De acordo com a figura 7D, é possível conseguirmos visualizar o equipamento que é “uma espécie de guindaste que eleva a pessoa a uma altura de 40 metros, presa por um cinto de segurança, que terá a oportunidade ver o lago por um ângulo completamente diferente”.



Figura 07: Vista parcial das atividades realizadas no Lago Aratimbó. **A:** Vista parcial da pescaria no Lago Aratimbó. **Fonte:** Prefeitura de Umuarama (2023). **B:** Vista área Festa das Nações Lago Aratimbó. **Fonte:** Acervo Jhonatan Vinicius Peres de Oliveira (2022). **C:** Festividades Natalinas. **Fonte:** Prefeitura de Umuarama (2023). **D:** Evento: Rally dos Sertões. **Fonte:** Acervo Jhonatan Vinicius Peres de Oliveira (2022).

Assim sendo, o Lago Aratimbó tem cumprindo a função de espaço público destinado ao uso e acessibilidade por ser um lugar de manifestação da cidadania que promove o diálogo, as misturas de etnias, rendas, grupos sociais que ali frequentam por meio da usabilidade e apropriação desse espaço, conforme pontuam os autores Alex (2009) e Sassen; Castro e Santoro (2013).

Bosque Uirapuru

Já o Bosque Uirapuru é uma área natural urbana de proteção ambiental, com área de 58.124,7m² criada na data de 11 de outubro de 1963 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colonizadora do município e doado à Prefeitura Municipal de Umuarama em 2010.

De acordo com informações obtidas junto ao site da Prefeitura de Umuarama, o Bosque Uirapuru é aberto ao público e utilizado diariamente pela população para práticas de atividades físicas, como a caminhada, corrida, ginástica, futebol de areia, vôlei de areia, jogos de baralho, bocha, recreação, além de ser um passeio urbano para a contemplação do verde, pois ao adentrar ao espaço, as trilhas do interior do bosque colocam os visitantes em contato com a natureza, conforme mosaico das figuras 8 A, B, C e D.

Em seu interior há uma pista para caminhada com extensão de 1000 metros por 2 metros de largura, áreas de convivências com mesas e bancos de concreto, uma área reservada para prática de alongamentos e ginástica, uma cancha de bocha, duas quadras para futebol e vôlei de areia, *playground* com brinquedos variados, bebedouro de água e quatro quiosques com churrasqueiras. Além desses equipamentos instalados no Bosque Uirapuru, temos alguns que são de uso específico para crianças, por exemplo: bancos, escorregador, pula-pula, gangorra dentre outros.



Figura 8: Vista parcial do Bosque Uirapuru. **A:** Entrada Principal Bosque Uirapuru. **Fonte:** Acervo Secretaria Municipal de Comunicação / Prefeitura de Umuarama. **B, C e D:** Vista parcial da infraestrutura no Bosque Uirapuru. **Fonte:** Disponível em: <https://jornalmilenio.com.br/2018/06/07/prefeitura-investe-r-350-mil-na-revitalizacao-do-bosque-irapuru/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Além de ser um espaço promotor para a melhora da qualidade de vida dos munícipes, o Bosque Uirapuru ainda recebe diversos projetos, eventos festivos, recreativos e de lazer ao longo do ano. Cabe destacarmos que o evento realizado anualmente no bosque, é o Projeto Abraço Ambiental, uma atividade em alusão ao Dia da Árvore (21 de setembro), que desde 2015 tem atraído os munícipes para tal ação. O evento é realizado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR – *Campus* Umuarama (Figura 9A). Esse evento reúne pessoas de todas as faixas etárias, promovendo um grande abraço circundando a pista de caminhada localizada no interior do bosque, com 1km de extensão. Essa atividade movimenta a cidade, em especial as instituições de ensino e já na sua primeira edição foi registrada no RankBrasil como o maior abraço em bosque do país, tendo a participação de 1.382 pessoas (BARBADO *et al.*, 2016).

Outro importante projeto realizado no interior do Bosque Uirapuru, é o Projeto Orquidário do Bosque que se encontra desativado, mas de acordo com informações obtidas por Barbado *et al.* (2016), na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 2023 o projeto voltará a funcionar. As mudas de orquídeas cultivadas no orquidário são as do tipo ‘olho-de-boneca’ (espécie *Dendrobium nobile*), que são as mais adequadas para o plantio nas árvores, após as mudas estarem prontas para o plantio, as mesmas são plantadas pelos agentes de vigilância ambiental em ocos de árvores espalhadas por toda a cidade, que costumam acumular água da chuva, favorecendo a reprodução do *Aedes aegypti*, e com as plantas ocupando esses espaços, são eliminados dezenas de criadouros do mosquito transmissor da dengue, zica vírus e febre *chikungunya*.

A Prefeitura Municipal de Umuarama através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer também realiza diversas ações ao longo do ano no Bosque, tendo destaque para a festa do dia das crianças, o brinquedão Inflável Toboágua (Figura 9B), o Circuito Municipal de Vôlei de Areia, além de projetos como o Domingo no Bosque e Projeto UmuAção, todos promovidos pela Prefeitura Municipal de Umuarama através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (UMUARAMA, 2022).



Figura 9. Vista parcial das atividades realizadas no Bosque Uirapuru. **A:** Abraço Ambiental no Bosque Uirapuru. **B:** Festa do dia das Crianças no Bosque Uirapuru. **Fonte:** Acervo Secretaria Municipal de Comunicação / Prefeitura de Umuarama.

Diante disso, após essa breve exposição a respeito do Bosque Uirapuru, percebemos que o mesmo exerce várias funções dentre elas destacamos a social, cultural, ambiental, estética, contemplação e lazer, conforme destacam os autores Bovo e Ayres (2009) e Bargas e Matias (2016).

A Praça Miguel Rossafa

A colonização da cidade de Umuarama foi impulsionada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Em seu projeto urbano original do ano de 1956 de autoria do engenheiro Wladimir Babcov, utilizou-se o conceito de cidade jardim, caracterizado por um plano radial do sistema viário adaptado à topografia do local, incorporando malhas ortogonais e diagonais no traçado das vias. Esse sistema possibilitou a implantação de diversas praças no município, entre elas, a Praça Miguel Rossafa.

Para Cardoso, Miranda, De Angelis (2017, p. 213), a Praça Miguel Rossafa foi implantada na década de 1950, “consistia em três partes seccionadas, sendo elas uma rotatória de forma circular e maior área e duas áreas livres triangulares menores

que organizavam a circulação viária” (Figura 10A). Na parte da rotatória, foram construídos caminhos pavimentados, uma área gramada e extensa vegetação arbórea. Nos anos 1970, com a expansão e crescimento da cidade, foi instalado no interior da praça, um “terminal rodoviário que circundava a rotatória que se tornou restrita ao transporte público”, o mesmo permaneceu em funcionamento até o ano de 1982, quando foi desativado e transferido para a Praça da Bíblia, onde permanece em funcionamento até os dias atuais.

É relevante destacarmos que no decorrer da implantação da Praça Miguel Rossafa, vários acontecimentos marcaram a sua história, porém um nos chama a atenção, o episódio aconteceu no dia 22 de dezembro de 1986, cuja data ficou marcada como “O Dia do Linchamento”. Assim sendo, a praça Miguel Rossafa foi palco de um fato sangrento jamais visto na história da cidade, tendo repercussão na imprensa nacional.

Tal episódio consiste em um cenário em que a população enfurecida e com desejo de fazer justiça com as próprias mãos, retiraram três criminosos que haviam estuprado uma moça e assassinado seu namorado, de dentro de uma cela da Delegacia de Polícia da cidade e, além de os matarem espancados, arrastaram os corpos pelas ruas, passando pelas principais avenidas da cidade até a Praça Miguel Rossafa, onde atearam fogo nos cadáveres, conforme notícias vinculada na Revista Veja, publicada em 31 de dezembro de 1986, página 43 da edição 956.

Após esse episódio quase duas décadas depois, na virada do século, após o apagar das chamas do linchamento, foi aprovada a Lei Municipal nº 2275 de 04 de maio de 2000 que autorizou o poder executivo a readequar a Praça Miguel Rossafa, a revitalização de todo o espaço veio acontecer no ano de 2003, o Prefeito na época era o Sr. Antonio Fernando Scanavaca e incluiu a retirada das instalações onde funcionava o terminal rodoviário, modificação da sua tipologia no traçado urbano (Figura 10B), instalação de mesas e cadeiras de concreto, sanitários, iluminação, além de um novo paisagismo. As três partes que separavam a praça foram agrupadas com objetivo de reorganizar a circulação viária, sobrando espaço para áreas de estacionamento.

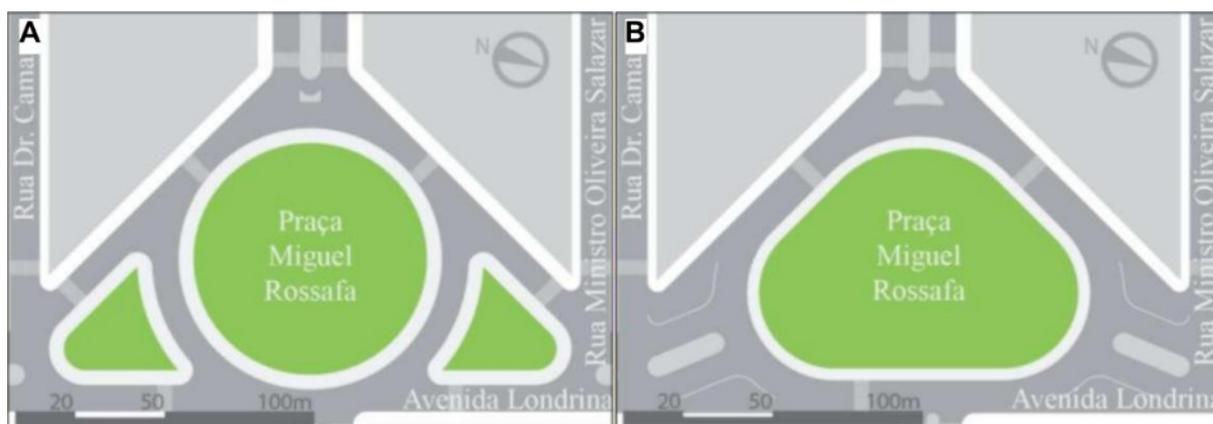


Figura 10. Morfologia da Praça Miguel Rossafa. **A.** Morfologia da Praça até 2003. **B.** Morfologia da Praça após 2003. **Fonte:** Prefeitura Municipal de Umuarama (2003), adaptado por CARDOSO, MIRANDA, DE ANGELIS (2017).

De acordo Cardoso, Miranda, De Angelis (2017), o desenho arquitetônico é constituído de caminhos:

“dispostos em eixos ortogonais dividindo a praça em seis setores, conformados por bancos em concreto. No centro da praça, estão os sanitários e uma área de estar com mesas e bancos, também em concreto, cobertos por um pergolado circular”. (CARDOSO; DE ANGELIS; MIRANDA, 2017, p.2014)

Quanto à forma dos bancos e o pergolado apresentam “características modernistas, o que causa desarmonia entre o desenho arquitetônico (de características ecléticas) e os elementos construídos. O mobiliário, além dos bancos e mesas fixos, comporta lixeiras, luminárias e um monumento”.

Porém, a Praça Miguel Rossafa encontra-se em área de intensa circulação de veículos, o que prejudica o acesso dos pedestres nesse espaço público, visando resolver o problema, foram implantadas faixas de pedestre elevadas no entorno da praça, objetivando forçar a redução da velocidade dos veículos, proporcionando, assim, mais segurança aos usuários a partir de 2011 (Figura 11).



Figura 11. Vista aérea da Praça Miguel Rossafa em Umuarama. **Fonte:** Acervo Jhonatan Vinicius Peres de Oliveira (2022)

Assim sendo, no decorrer dos anos vários elementos foram incorporados à Praça Miguel Rossafa (Figura 12), vejamos o que diz os autores Cardoso, Miranda, De Angelis (2017):

“Durante os anos de 2011 a 2015, novos elementos foram implantados na praça de forma pontual e gradual [...]. As mudanças realizadas no ano de 2011 incluem a alteração do paisagismo, que incorporou maciços de

vegetação do tipo forração, a construção de uma fonte de água e uma academia da terceira idade (ATI). As flores dos maciços de vegetação são replantadas de acordo com o tempo de vida da espécie, e todas as mudas são provenientes de produção própria do município. Em 2012, foi construído um parque infantil. Pouco tempo depois, foi necessária a instalação de um gradil para impedir que as crianças se direcionassem para a via de tráfego, pois esta apresentava riscos aos usuários. No ano de 2015, toda a iluminação foi trocada e implantaram-se quadro elementos decorativos compostos por troncos de árvores reaproveitados e flores envazadas” (CARDOSO; DE ANGELIS; MIRANDA, 2017, p. 215).

Tais estruturas visam promover a estruturação desse espaço público para o uso da população citadina, no que tange aos aspectos relacionados ao lazer por parte da população, além dos aspectos sociais, culturais, ambientais e estéticos e de circulação por parte dos seus frequentadores.



Figura 12. Desenho esquemático da requalificação da Praça Miguel Rossafa – 2003 e 2017.
Fonte: Prefeitura Municipal de Umarama (2003), modificado por Cardoso, De Angelis, Miranda (2017).

Na atualidade, a praça tornou-se o espaço da visibilidade, utilizada diariamente no amanhecer do dia e aos finais de tarde pela população para a prática de atividades físicas como: corrida, caminhada e Academia da Terceira Idade (ATI). Aos finais de semana, toda sua área gramada é ocupada por pais que levam seus filhos para brincarem nos *playgrounds* existentes. No mosaico (Figura 13), é possível visualizarmos à distância a área da Praça Miguel Rossafa.



Figura 13. A e B: Vista parcial Praça Miguel Rossafa. Fonte: Jéfersson Gabriel Ferreira – 21-08-2022.

A Praça Miguel Rossafa, por estar localizada em uma área central da cidade, (Figura 14) é também perceptivo a presença de pessoas em situação de rua no seu interior. A praça também é marco de eventos cívicos do município como hasteamento da bandeira no dia 26 de junho, aniversário da cidade e 7 de setembro, dia da independência do Brasil. Todo o seu entorno é ocupado por empresas, bares, lanchonetes e pizzaria.



Figura 14. Monumento “Eu amo Umuarama”, no interior da Praça Miguel Rossafa. Fonte: Acervo Prefeitura de Umuarama. 22-08-2022.

Destarte, a Praça Miguel Rossafa apresentou uma dinâmica típica dos espaços livres centrais de Umuarama, com fluxo de pedestres, abrigando frequentadores de diferentes perfis. Também constatamos que as atividades predominantes na praça estão relacionadas à permanência de pessoas para atividades de lazer e recreação e também de transeuntes que ali circulam.

Após relatarmos um pouco sobre os que são hoje os principais espaços públicos da cidade de Umuarama, entendemos que tais espaços cumprem diversas funções dentro do perímetro urbano da cidade, sendo que dentre essas funções, destaca-se o

lazer. O lazer desempenha um importante papel para a melhoria da qualidade de vida dos usuários desses espaços, além de proporcionar momentos de descontração e socialização entre os usuários, auxiliando na prevenção de problemas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas nesta pesquisa sobre os espaços públicos em Umuarama, podemos considerá-los fundamentais para a população cidadina, no que se refere aos aspectos ambientais, sociais, culturais e estéticos, sendo que estes contribuem para a sociabilidade das pessoas que os frequentam dada a qualidade da infraestrutura e os aspectos paisagísticos existentes. Tais elementos vêm de encontro com a problemática elencada neste artigo ao indicar que o poder público municipal de Umuarama vem realizando um planejamento sistematizado dos espaços públicos quanto a conservação e manutenção.

É relevante pontuarmos que o referencial teórico apresentado nesta pesquisa foi essencial para compreendermos a dinâmica dos espaços públicos (Lago Aratimbó, Bosque Uirapuru, Parque Municipal dos Xetá e Praça Miguel Rossafa) no que diz respeito aos aspectos relacionados à acessibilidade e funcionalidade. Diante disso, esses espaços ganham relevância em Umuarama a partir das relações sociais, tornando, assim, espaços de vivência, relacionados ao lazer e espaços de interação da sociedade umuaramense.

Diante disso, constatamos que o Lago Aratimbó é um espaço público para Umuarama, pois é um atrativo a mais para oferecer aos visitantes e principalmente à população local contribuindo também com a valorização dos lotes no seu entorno e melhoria da qualidade de vida da população local. Cabe destacarmos que a área do Lago passa por um processo constante de intervenção do poder público, evitando, assim, o processo de assoreamento. Outro ponto a considerarmos são as infraestruturas adequadas para o uso da população e também processo de ajardinamento que contribui com a estética do local, tornando-o cartão postal do município.

Quanto ao Parque Municipal dos Xetá, este constitui-se de uma área verde de relevância para o município, apresentando espécies nativas da região, caracteriza-se por apresentar monumentos que indicam a memória dos indígenas xetá que habitaram a região. Porém, o mesmo encontra-se fechado para a visitação e uso na sua parte interna, ficando o uso restrito apenas à parte externa por meio da pista de caminhada. Podemos considerar essa área como potencial para pesquisa, dada a preservação das espécies existentes.

Já o Bosque Uirapuru foi doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a Prefeitura Municipal de Umuarama, este possui uma estrutura adequada e atende a um público de diferentes faixas etárias, além disso, são realizadas várias atividades organizadas pela prefeitura o que acaba atraindo um grande público tornando, assim, um espaço público de fácil uso e acessibilidade pelos munícipes.

Por fim, consideramos a Praça Miguel Rossafa, o desenho inicial da cidade que foi sofrendo uma série de alterações em sua morfologia. Possui amplo espaço para

atividades físicas e de lazer, atraindo inúmeros municípios principalmente crianças que vêm acompanhadas pelos pais e também por pessoas idosas que a frequentam.

Assim, consideramos os espaços públicos analisados nesta pesquisa de relevância social, cultural e ambiental para os municípios. Cabe ainda destacarmos a atuação do poder público na manutenção, preservação e conservação dos mesmos para continuarem sendo espaços de sociabilidade para os moradores de Umuarama.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FA – Fundação Araucária, pelo apoio ao projeto de Pesquisa Básica Aplicada - PBA2022011000246.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Jéfersson Gabriel Ferreira e Marcos Clair Bovo. **Metodologia:** Jéfersson Gabriel Ferreira. **Análise formal:** Jéfersson Gabriel Ferreira. **Recursos:** Jéfersson Gabriel Ferreira e Marcos Clair Bovo. **Preparação dos dados:** Jéfersson Gabriel Ferreira. **Escrita do artigo:** Jéfersson Gabriel Ferreira e Marcos Clair Bovo. **Revisão:** Marcos Clair Bovo. **Supervisão:** Marcos Clair Bovo. Aquisição de financiamento. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Paula. **Reflexões sobre o espaço público atual:** espaço e cidade conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça:** Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

ANTONIASSI, Luiz. **Entrevista sobre o novo projeto da casa Xetá,** concedida a Jéfersson Gabriel Alves Ferreira em 04 de junho de 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AYRES, Ana Claudia Breitreit Fernandes; BOVO, Marcos Clair;. O parque urbano da cidade de Mamborê/PR, Brasil: usos e funções. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 322-337, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.14393/Hygeia196721>

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011. DOI:

<https://doi.org/10.5380/revsbau.v6i3.66481>

BRENOL, Marlise Viegas. Shopping-center: na era da globalização, é o templo da

classe média. **Revista Voz do Rio Grande**. Porto Alegre: Ano III, nº 2, 1997, p. 46-49. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12016/000619727.pdf?...1>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BARBADO, Norma *et al.* Abraço Ambiental: uma experiência de sensibilização sobre a importância da arborização urbana. **Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia**, n. 9, p. 2404-2415, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11097>

BRASIL. **Programa Cidades + Verdes**. Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Qualidade Ambiental, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CARDOSO, Carolina; MIRANDA, Yara Campos; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Análise da Requalificação da Praça Miguel Rossafa, Umuarama-PR. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17271/2318847252920171525>

CARR, Stephen *et al.* **Public Space**. New York: University of Cambridge, 1992.

CASTRO, Alexandra. Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. **Cidades, comunidades e territórios**, v. 5, n. 10, p. 219–248, 2002. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9164>>. Acesso em: 05 agost. 2025.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122f. Dissertação (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura da UFRS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

DENARDIN, Vanessa Cibele Cauzzo; SILVA, Adriana Pisoni da. Praças urbanas como espaço para o turismo e lazer um estudo preliminar na praça General Osório na cidade Santa Maria/RS. **II Encontro Semintur Jr.** 11 e 12 de novembro de 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

HABERMAS, Jürgen. Espaço público (um verbete de enciclopédia). **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 3, n. 2, p. 218-227, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/15109/8588>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

INDOVINA, Francesco. O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n.º 5, CET – ISCTE, dez. 2002. DOI:10.7749/citiescommunitiesterritories.dez2002.005.ess01

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LUZ, Emanuely Ferreira dos Reis; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; LUZ, Mariely Ferreira dos Reis. A praça como espaço de identidade e memória da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.15, n. 28, 393-415, 2023.

DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v15i28.20953>

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

MOESCH, Norma Martini. O turismo no século XXI: por uma concepção holística. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Turismo na pós-modernidade**: (des) inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 31-41.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844629002.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2022.

PASQUAL, Maria Oliveira Albano. FACHINI, Margarida Peres. **Espaço verde urbano**: importância na dinâmica da paisagem. Produção didático-pedagógica do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/264-4.pdf>>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA. **Plano de manejo Parque Municipal dos Xetá**, 2016. Disponível em:

<https://www.umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/plano-manejo-xeta-maio- ver-final-2016-1-1649425768.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

PICCINI, Mabel. Sobre a comunicação nas grandes cidades. **Revista Opinião Pública**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, vol. IX, nº 2, outubro de 2003, p. 01-19.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço** – turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

REVISTA VEJA. **Ritual Macabro**: multidão lincha presos e põe fogo nos corpos. 31 de dezembro de 1986, página 43 da edição 956.

RIBEIRO, Joana Sousa. A cultura e a (des) diferenciação do espaço público. In: **IV Congresso Português de Sociologia**. Coimbra 2002. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df8b2b4ab3_1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**: Public squares in Brazil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

SANDRI, Maria Felomena Alves de Oliveira. **Entrevista sobre o Parque Xetá**, concedida a Jéfersson Gabriel Alves Ferreira em 04 de junho de 2023.

SANDRI, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SASSEN, S.; CASTRO, L. G. R. de; SANTORO, P. O que é espaço público. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 232, jul. 2013.

SCHLEE, Mônica Bahia et al. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras—um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, n. 26, p. 225-247, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77358>>. Acesso em: 29 de nov. 2022.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVA, César Henriques Matos e, **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA), Salvador-BA, 2009.

TAKEDA, Adalberto Koodi; MENDES, Felipe Monteiro; MARIN, Letícia Muniz. Avaliação da qualidade da água do lago Aratimbó no município de Umuarama (PR). **XIII Encontro Maringaense de Biologia**, Maringá, PR, Brasil, v. 23, 2011.

UMUARAMA. **Decreto Municipal nº073** de 10 de maio de 1993. Fica o Parque Municipal dos Xetá, estabelecido como unidade de conservação ambiental. Disponível em: <<https://umuarama.pr.gov.br/files/Atos/arquivo/decretos-73-de-1993-1575039113.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UMUARAMA. **Lei nº 2321**, de: 26 de dezembro de 2000. Cria o Parque Natural Municipal de Tucuruvi, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2000/233/2321/lei-ordinaria-n-2321-2000-cria-o-parque-natural-municipal-de-tucuruvi-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UMUARAMA. **Lei Municipal nº 2666 de 09 de dezembro de 2004**. Autoriza a Pesca no Lago Aratimbó no município de Umuarama. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2004/266/2666/lei-ordinaria-n-2666-2004-autoriza-a-pesca-no-lago-aratimbo-no-municipio-de-umuarama>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UMUARANA. **Lei nº 3796, de 20 de dezembro de 2011**. Institui a área de proteção ambiental - APA, da bacia de captação do Rio Piava, localizada no município de Umuarama, estado do Paraná. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2011/380/3796/lei-ordinaria-n-3796-2011-institui-a-area-de-protecao-ambiental-apa-da-bacia-de-captacao-do-rio-piava-localizada-no-municipio-de-umuarama-estado-do-parana>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UMUARAMA. **Lei Municipal nº 4530 de 03 de junho de 2022**. Autoriza a Concessão de uso de espaço público e dá outras providências. Disponível em: <

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/u/umuarama/lei-ordinaria/2022/453/4530/lei-ordinaria-n-4530-2022-autoriza-a-concessao-onerosa-de-uso-de-espaco-publico-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

UMUARAMA, **A Cidade: História**. Portal da Cidade, 2022. Disponível em: <http://www.umuarama.pr.gov.br/umuarama>. Acesso em: 25 de set. 2022

UMUARAMA. **Decreto nº 080/2023**, Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências. Disponível em:< <https://umuarama.pr.gov.br/files/Atos/arquivo/decreto-080-23-1680625804.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2023.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0